

Ronda Sumária pelos Arquivos Municipais do Alto Minho

por Lourenço Alves

Segundo a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura arquivo é «um conjunto documental resultante das actividades próprias de um serviço público, instituto religioso, estabelecimento cultural, empresa económica, etc., e ordenado em função dessas actividades, que, conservado inicialmente apenas por conveniência e para uso da entidade a que pertence, o pode vir a ser mais tarde (perdido já o seu préstimo sob o ponto de vista prático e utilitário) em razão do valor histórico das peças que o constituem» (2.º vol. pág. 1272).

Estes arquivos podem ser públicos ou particulares; nacionais, distritais, concelhios, de instituições civis, religiosas ou recreativas.

Não vamos, neste pequeno esboço histórico, referir-nos, expressamente, aos arquivos nacionais ou distritais, embora nos merecesse uma palavra de censura o Arquivo Distrital de Viana do Castelo, fundado por Decreto-Lei N.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, pelo quietismo a que se têm votado as autoridades locais, quanto à sua transferência do Arquivo Distrital de Braga para a sede do Distrito Vianense.

É nossa intenção falar, apenas, dos arquivos municipais do Distrito de Viana do Castelo, incidindo a nossa atenção sobre o estado lamentável em que se encontram.

* * *

O interesse pela conservação de documentos oficiais em Portugal, teve início com D. Sancho I, quando afirma, no seu testamento, ter entregado cinco das seis cartas, escritas por ele, a várias instituições e a sexta «facio ego conservari in meo repositarium».

É evidente que antes desta referência, os arquivos dos mosteiros já guardavam livros, traduções e documentos preciosos que, mais tarde, foram recolhidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

D. Manuel I, a instâncias dos povos, no capítulo 49 das Cortes de Lisboa de 1498, prescreveu a obrigatoriedade de as Câmaras do Reino mandarem fazer caixas de madeira, suficientemente seguras e fechadas a duas chaves (ficando uma nas mãos do escriturário e outra nas mãos de um dos vereadores) para guardarem os documentos considerados mais importantes, a fim de evitar a sua deterioração e extravio.

Esta providência ficou incorporada nas Ordenações Manuelinas e Filipinas.

Como esta determinação não fosse rigorosamente cumprida e as ditas arcas não fossem muito apropriadas para a função, muitos documentos se extraviamam.

A partir dos séculos XVI e XVII, aumenta o interesse pela conservação de documentos e títulos, procedendo-se à sua pesquisa e inventariação, sobretudo nas comarcas de Lisboa, Évora e Elvas. Registam-se muitos manuscritos, traduzem-se para letra mais legível os documentos antigos.

Para evitar extravios e furtos, tomam-se medidas drásticas, inclusive a pena de excomunhão.

Desde as lutas liberais até os nossos dias, a situação tende a agravar-se, devido às discórdias políticas. Com a mudança dos governos centrais, mudam também as administrações locais. Para evitar críticas ou a denúncia de falhas administrativas por parte das administrações subsequentes, as anteriores não hesitaram em sonegar ou destruir os documentos.

Contudo, seríamos injustos se não referíssemos os nomes de João Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano, Júlio Dantas e muitos outros que sempre lutaram pela integridade dos arquivos.

Além das medidas régias, alguns decretos da 1.^a e da 2.^a República visaram a conservação, restauro e acomodação dos arquivos distritais e municipais.

Assim, as medidas tomadas pelos governos respectivos em 18 de Março de 1911; em 8 de Maio de 1918; em 16 de Maio de 1919; em 27 de Maio de 1927. Mas o facto mais relevante deu-se em 1931, pelo Decreto N.º 19 952, de 27 de Julho, que reunia num só organismo superior, as antigas Inspeções das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e das bibliotecas populares e móveis, criando a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

Em 1936, chamou-se a atenção das Câmaras Municipais para a necessidade e a vantagem de organizarem os seus arquivos históricos.

Em 1946, já «existiam copiosos e importantes núcleos documentais espalhados por todo o País, em risco de se perderem e que urgia recuperar».

Em 1948, nos Anais das Bibliotecas e Arquivos (série II, vol. XIX) afirma-se: «esta grave situação que dura há dezenas de anos, exactamente por não ter sido resolvida a tempo, tem-se agravado por tal forma que no momento actual atinge as raias do angustioso...»

Em 1965, o Decreto-Lei N.º 46 350, de 22 de Maio, reconhece também que núcleos importantes do nosso património documental se encontram espalhados por todo o País sem que se lhes dispensem os mais elementares cuidados de guarda e conservação. Por outro lado, os nossos estabelecimentos de ensino continuam a ter os seus fundos incompleta e defeituosamente inventariados e catalogados em simples armazéns de papéis e livros sobre o que não se exerceu ainda o mais leve reconhecimento.

O Dr. Fernando de Sousa, professor da Faculdade de Letras do Porto, tem-se dedicado ultimamente à inventariação e catalogação dos arquivos distritais de Trás-os-Montes. No catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real, que gentilmente me ofereceu, escreveu: «Acontece que fundos arquivísticos que já conheceram uma certa organização, se encontram hoje inutilizáveis. Na verdade, a incúria e o desleixo sistemático dos organismos responsáveis — centrais e regionais — a acção esporádica do fogo, a humidade e o salitre, levaram ao empobrecimento assustador desses corpos documentais e levarão, sem dúvida, ao seu desaparecimento se o MEC — e serviços dependentes — a Universidade, os Centros de Investigação e, até, os investigadores não se empenharem num

esforço honesto, sério e coordenado, abarcando todo o País, para salvar o que ainda resta».

* * *

Nos anos de 1975 e 1976, percorremos todos os arquivos municipais do Alto Minho, com o intuito de documentar o trabalho de Seminário de História Contemporânea de Portugal, subordinado ao tema «Fontes para a História Económica do Alto Minho no séc. XIX».

Se alguns arquivos se mostram sofríveis, não obstante as falhas de manuscritos nas várias séries, outros estão um descalabro, quer quanto a instalações, quer quanto à acomodação dos documentos.

Ponte de Lima — Possui um dos arquivos mais preciosos do distrito. Algumas séries estão completas. A instalação é aceitável, embora merecesse mais cuidado no que respeita a limpeza.

Ponte da Barca — No ano de 1975, estava muito mal instalado. Recomendámos ao Sr. Secretário que procurasse instalar o arquivo em sítio mais apropriado. No ano seguinte, verificamos, com gosto, que o arquivo já estava instalado numa sala limpa e arejada e os documentos dispostos em prateleiras. Só que não estavam devidamente catalogados. Faltam, também, muitos manuscritos das várias séries. Alguém nos disse que, em tempos, tinham sido vendidos aos fogueteiros de Oleiros para envolver as bombas dos foguetes.

Arcos de Valdevez — O arquivo está em duas instalações. Uma, contém os livros considerados ainda úteis para os serviços. Outra, (que não merece o nome de instalação) os livros mais antigos, muito truncados, com séries mutiladas, mal dispostos e à mistura com restos de obras, trastes velhos, teias de aranha, etc. A humidade põe em perigo alguns dos livros que ali se encontram, inclusivé, uma série completa de testamentos, quiçá, a mais completa que vimos na nossa deambulação.

Monção — Este arquivo encontra-se bastante baralhado. Os manuscritos não estão catalogados. A sua disposição nas prateleiras, já carcomidas pelo bicho, não obedece a qualquer critério. Esta documentação tem bastante interesse para a história económica e social da região. Só é pena que não se debrucem sobre este valioso recheio, promovendo a sua inventariação, catalogação e instalação.

Melgaço — Tem duas secções. Uma, ao lado da secretaria, onde se encontram os livros julgados de mais interesse, como sejam testamentos, actas, etc. Outra, num rés-do-chão, onde estão, à mistura, papéis sem valor, trastes velhos, revistas dispersas e livros da administração da Câmara em tempos passados. Encontrámos aqui livros de muito interesse para o estudo da história económica e social da região.

Paredes de Coura — Embora muito falho em documentos e com algumas séries muito truncadas, este arquivo prima pelas instalações. Disseram-nos que,

em tempos, um incêndio deflagrou no edifício da Câmara, destruindo parte da documentação.

Vila Nova de Cerveira — Embora a instalação seja razoável, os livros estão por catalogar. Faltam algumas séries, sobretudo no que respeita à contabilidade e notam-se grandes falhas noutras séries.

Valença — À data em que o visitámos, encontrava-se mal instalado. Há documentos, praticamente, irrecuperáveis e outros em vias de se perderem, devido à humidade, ao pó, às ratazanas, etc. Os livros estão colocados a esmo, sem qualquer preocupação de catalogação.

Caminha — Possui duas secções, tendo numa os documentos considerados de maior valor e noutra, manuscritos de menor importância.

Viana do Castelo — Encontra-se instalado numa dependência do Museu Municipal, ao Largo de S. Domingos. Está bem instalado, embora as condições de luz e humidade, não sejam as melhores. Os livros estão dispostos em estantes e prateleiras, num total de 1698 livros e maços de documentos. Estão catalogados, embora muito desordenados. Vários estudantes de história têm feito o levantamento dos mesmos, fornecendo listas que facilitam a consulta. Nas lombadas, os livros contêm numeração de catálogo que, em vez de facilitar a consulta, a tornam ainda mais intrincada.

Este arquivo, que muita gente confunde com o distrital, contém informações preciosas não só para a história da região de Viana, como ainda para a história de outras localidades, pois ali se encontram documentos de quase todas as terras que outrora constituíam a comarca de Viana.

* * *

Após esta breve análise, podemos perguntar:

— Para que servem tais arquivos disseminados pelo País e tão mal acatados?

Com a nova escola francesa, encabeçada por Labrousse, E. Le Roy Ladurie, A. Silbert, F. Braudel e outros, a história deixou de ser factual e de relatos e passou a ser problemática e de análise.

As grandes linhas de rumo desta nova concepção da história podem resumir-se nestas quatro epígrafes: regionalização, comparativismo, reflexão metodológica e quantificação.

Com base nestas características, tem-se formado centros regionais de estudo e investigação; tem-se realizado congressos, seminários e palestras; tem-se publicado actas, relatórios, estudos, teses, etc.

Uma das exigências que se põem ao investigador, neste novo tipo de história, são as fontes.

Mas, para detectar a realidade histórica regional, nada mais necessário e útil do que os arquivos locais, quer das câmaras municipais, quer das Misericórdias, das Confrarias, dos mosteiros; quer ainda, e sobretudo, dos arquivos distritais onde se encontra grande parte da documentação subsidiária da história económica e social.

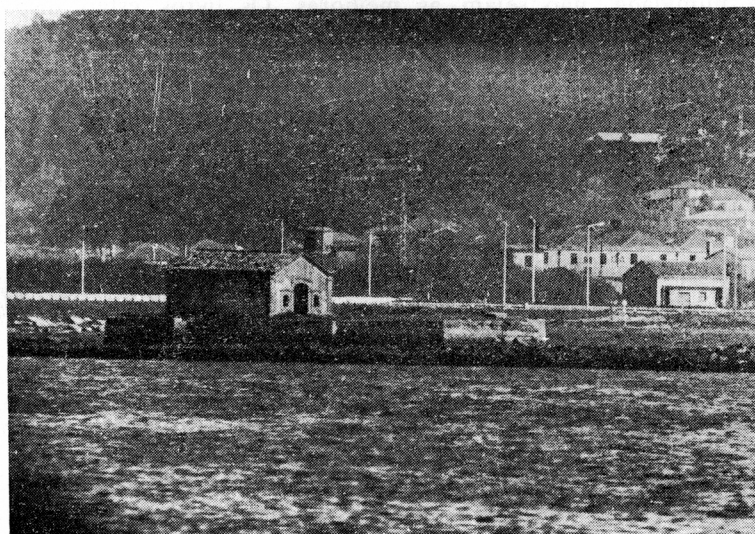
É esta a razão porque encarámos este tema, que para muitos poderá parecer falho de interesse, embora para a maior parte dos investigadores actuais se mostre de suma importância, pois é através desses arquivos abandonados que podem tirar ilações não contidas nas premissas postas pela historiografia tradicional.

* * *

BIBLIOGRAFIA :

- **ARQUIVO** in Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, vol. 2.
- JUNIOR Joaquim Alberto — **Arquivista e História**, Lisboa.
- **INTRODUCCION** à Las Fuentes Y Los Métodos, Universidad de Santiago de Compostela, 1977.
- SOUSA Fernando — **Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Rica**, 1976.
- VIANA Mário Gonçalves — **Arte de Arquivar e Classificar**, Lisboa.

REGISTO



Cais de S. Lourenço

Resiste ainda, volvidos mais de quatro séculos, este velho Cais de S. Lourenço. Foi em 1561 que se iniciou a sua construção, junto da capela já então existente, erguida sob a invocação daquele santo, posta sobre uma espécie de fortim para a proteger das cheias do Lima e das marés. O cais servia a ponte de madeira, através das terras alagadiças, a qual foi construída para substituir a «Barca do Concelho», que ia desembarcar gente e mercadorias junto à Capelinha das Almas, onde o rio então batia. Em 1825 já a ponte dava passagem a carruagens; em 1878, quando Viana já tinha a ponte metálica, uma grande cheia arrastou a decrépita ponte que, em 1880, foi totalmente desmantelada.